



# **QUEM É QUEM NAS DISCUSSÕES DO NOVO CÓDIGO DA MINERAÇÃO**

Clarissa Reis Oliveira

## Quem é quem nas discussões do novo código da mineração

Autora: **Clarissa Reis Oliveira**

Produção: **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase**

Revisão: **Mariana Claudino**

Diagramação: **Guaira Miranda**

Fotos: **Agência Brasil/**

Apoio: **Fundação Ford**

### **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)**

Avenida Rio Branco 124, 8o andar, Centro, RJ - CEP: 20040-001

#### **Na internet:**

[www.ibase.br](http://www.ibase.br)

[www.canalibase.org.br](http://www.canalibase.org.br)

Veja nossa página no Facebook: [www.facebook.com/ibase.br](http://www.facebook.com/ibase.br)

Nos siga no Twitter: @lbasenet

#### **Observatório do Pré-sal:**

[observatoriodopresal.org.br](http://observatoriodopresal.org.br)

No Facebook: [www.facebook.com/observatoriodopresal](http://www.facebook.com/observatoriodopresal)

Rio de Janeiro, agosto de 2013

# QUEM É QUEM NAS DISCUSSÕES DO NOVO CÓDIGO DA MINERAÇÃO

Uma publicação de

**ibase.**  
Instituto Brasileiro de  
Análises Sociais e Econômicas

Apoio



**FORDFOUNDATION**

*Na Linha de Frente das Mudanças Sociais*

No momento em que está em discussão o novo marco regulatório da mineração no país, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) oferece ao público uma análise dos protagonistas nesse debate. Quais são os interesses que movem as empresas, os membros do estado e a sociedade civil nessa questão?

A pesquisadora Clarissa Reis Oliveira, apresenta uma fotografia desses atores e revela um pouco da relação entre eles. Demonstrando, por exemplo, a construção da influência política das empresas minerárias por meio das doações de vultosas quantias para as campanhas eleitorais.

A aprovação do novo marco legal da mineração instituirá padrões de longo prazo para a exploração mineral brasileira. Afetará de maneira direta na opção de modelo de desenvolvimento que desejamos seguir. A sociedade brasileira, desta forma, está diante do dilema: seguir tratando a mineração apenas como um negócio, regulado unicamente pelas regras do mercado, ou como o manejo de bens naturais finitos e não renováveis, com fortes impactos na vida das comunidades afetadas e ao meio ambiente?

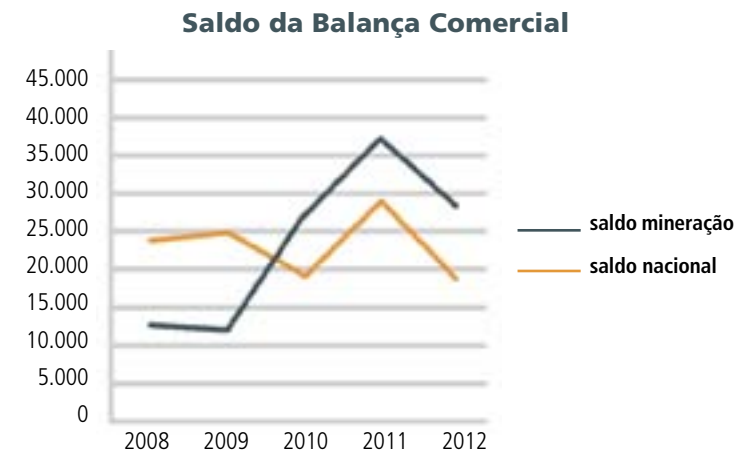
Com esta publicação esperamos contribuir na busca para a solução desse dilema tendo em vista a opção por um modelo alternativo de desenvolvimento, por meio do qual os direitos dos territórios, da natureza e das pessoas estejam garantidos, Compreender como se encontram as relações de poder nos debates no Novo Código da Mineração é um passo importante para isso.

Boa leitura!

**Carlos Bittencourt - Pesquisador do Ibase**

## Introdução

A exploração mineral no Brasil vem crescendo gradativamente nos últimos anos, o setor mineral tem cumprido um papel destacado nos superávits da balança comercial brasileira, superando-a em seu saldo. Sem o saldo da balança mineral, o Brasil já seria deficitário nos últimos anos.



Fonte: (IBRAM 2012) (MDIC 2013)

O código que rege a atividade no país, data de 1967, e foi instituído por um decreto de lei. Após quase 45 anos, o governo começou a articular, em 2010, um “novo marco regulatório da mineração”, e após um longo período de elaboração interna, acabou lançando-o em forma de Projeto de Lei em junho de 2013. O novo marco traz mudanças principalmente em três pontos da legislação: modifica o método de concessão das licenças minerárias; reformula a gestão e a organização dos órgãos públicos, extinguindo o DNPM, criando a Agência Nacional de Mineração, o Conselho Nacional de Mineração. Além disso, atribui

um papel mais importante ao Serviço Geológico Nacional (CPRM); e institui uma nova política fiscal para o setor, aumento da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e fazendo com que ela incida sobre o faturamento bruto das empresas.

Este trabalho não discutirá o projeto em si, mas buscará mostrar quem são os protagonistas nesse debate e de que forma estão envolvidos. Uma espécie de “Quem é quem?” nas discussões do novo Código da Mineração. Para isso, será feita uma análise dos grandes segmentos ligados à mineração, sendo eles: Políticos, Econômicos e Sociais.

# Caracterização dos Segmentos Políticos

## 1 Executivo

### 1.1 Presidência da República

A atual presidente brasileira é Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores, eleita em 2010, com efetividade até 2014.

Dos R\$ 135 milhões e meio declarados como receita de campanha, mais de 90% foi proveniente de doações do Comitê Financeiro Nacional para Presidente da República. De forma direta, apenas Gerdau Comercial de Aço S/A e Indústria Metalúrgica Promissão Ltda., figuram como doadoras do setor mineral.

Com relação ao Comitê, entre seus doadores contam empresas do setor mineral como: Arcelor Mittal Brasil S/A, AVG Mineração S/A, Cia Metalic Nordeste, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, Companhia de Cimento Ribeirão Grande, Companhia Metalúrgica Prada, Concrevit Concreto Vitória Ltda., Copelmi Mineração Ltda., Estanho de Rondônia S/A, Flamin Mineração Ltda., Metalúrgica Maia Ltda,

Metalúrgica Trapp Ltda., Mineração Caraíba S/A, Mineração Lapa Vermelha Ltda, Rotan Eletro Metalúrgica Ltda, Sarpav Mineradora Ltda, Sita Concrebras S/A, Usiminas Mecânica S/A, V & M do Brasil S/A, Votorantim Industrial S.A. O total arrecadado pelo Comitê foi de cerca de R\$137 milhões e meio, tendo o setor mineral contribuído com aproximadamente 10% desse valor.

Quanto ao Diretório Nacional, este foi essencialmente subsidiado por empresas de engenharia e construção. Do setor mineral, contribuíram: Gerdau Comercial de Aços S/A e Vale Manganês S/A, além da Ultrafertil S/A e da Fertilizantes Fosfatos S/A. O Diretório Nacional do PT contou com uma arrecadação total de R\$ 130.595.560,36 e o setor mineral contribuiu com cerca de 15% desse montante: a maior parte ficou por conta do setor da construção.



## 1.2 Ministério de Minas e Energia e Secretaria de Geologia e Mineração

O Ministério de Minas e Energia (MME) foi criado em 1960 e, entre outras atribuições, é responsável pela política setorial e pelas concessões na mineração brasileira. Tem Edson Lobão como atual ministro e, como secretarias, desde 2004: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; Secretaria de Energia Elétrica; de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; e Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Segundo MME (2009), o novo Marco Legal da mineração brasileira foi discutido com os diversos segmentos constituintes do setor mineral, ainda que não haja especificações destes representantes. De acordo com o professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Rodrigo Santos (2012), participaram das discussões do Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030), 189 representantes diferentes sendo, em sua grande maioria, representantes ministeriais: MME, MMA, MCT e MDIC. Em menor número, estiveram presentes representantes da Vale S.A. e do Ibiam. Já os sindicatos, movimentos sociais e ONGs estiveram praticamente ausentes a essas discussões.

A Secretaria de Geologia e Mineração (SGM) está vinculada ao MME e, segundo o decreto 7.798/12, tem por competência: implementar, orientar e coordenar políticas que sejam voltadas para geologia, mineração e transformação mineral, coordenar estudos de planejamento, promover e apoiar a articulação dos setores, monitorar e avaliar o desempenho dos setores, coordenar o processo de concessão de direitos minerários, entre outras coisas. Sendo assim, é através da SGM que o MME toma conhecimento e propõe ações que estejam relacionadas aos assuntos ligados à mineração e seus desdobramentos (MME 2013).

À época do início das discussões sobre o novo marco da mineração e a elaboração do PNM

– 2030, Claudio Scliar era o secretário da SGM e foi o Coordenador-Geral do Plano. Juntamente com sua equipe, composta, entre outros, por membros da própria SGM, do DNPM e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A proposta do Plano é orientar as possíveis políticas públicas formuladas a médio e longo prazo e, para tanto, foram realizados estudos do cenário mineral atual com projeções pautadas em um cenário desejável para os próximos anos, até 2030. Os estudos técnicos que embasaram a elaboração do PNM – 2030 ficaram por conta da J. Mendo Consultoria Empresarial, após vencer concorrência internacional (MME 2011). Vale ressaltar que a J. Mendo, como o próprio nome já diz, trabalha associada ao setor mineral, tendo por missão: “Contribuir para a maximização do retorno de nossos clientes...” (J.Mendo 2013).

## 1.3 Casa Civil

A Casa Civil da Presidência da República é o órgão responsável por assistir direta e indiretamente o Presidente da República no desempenho de suas funções, promovendo a publicação e a preservação dos atos oficiais, tendo por Ministra, Gleisi Hoffmann. Após a elaboração do projeto do novo Marco Regulatório da Mineração pelo MME, o mesmo seguiu para a Casa Civil, para título de ratificação, retificação e validação final. (Casa Civil 2013). Nessa ocasião, o projeto sofreu diversas modificações a partir de um processo de negociação entre os setores que compõem o governo e, ao final, também contou com a opinião das principais empresas do setor. A Ministra Gleisi recebeu membros da sociedade civil, em uma reunião que durou cerca de 30 minutos, não apresentou o projeto que estava em debate e não se comprometeu com as reivindicações apresentadas. O projeto do novo Código após ter sido aprovado pela Casa Civil, foi apresentado à Câmara, em junho deste ano.

## 1.4 Departamento Nacional de Pesquisa Mineral

O DNPM foi criado em 1934, passando a autarquia através da Lei 8.876/94. É vinculado ao MME, tendo a direção de Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa. Tem finalidade reguladora e fiscalizadora, além de expedir as autorizações de pesquisa requeridas, mediante cumprimento de todos os trâmites legais impostos aos requerentes. Atribui-se a ele pouco poder discricionário. É o que chamam de papel meramente cartorial que fomenta a transformação do Departamento em Agência Reguladora, com mais poderes para a fiscalização e a regulamentação. O DNPM será suprimido a partir da aprovação do novo Código e seu quadro funcional será readaptado para o novo status de Agência (DNPM 2013).

## 1.5 Centro de Tecnologia Mineral

O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) é um instituto de pesquisa, vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Foi criado em 1978 e, desde então, vem realizando estudos voltados ao desenvolvimento da tecnologia nas áreas relacionadas ao setor mineral. Com 35 anos de existência, o CETEM já desenvolveu mais de 750 projetos tecnológicos em atendimento às empresas dos setores minero-metalúrgico, de química e de materiais. O instituto é focado em uma temática bem definida, com atuação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias minerais e ambientais, atuando em quase todos os estados.

O CETEM é financiado majoritariamente por recursos públicos, pretensamente tem por responsabilidade o desenvolvimento de trabalhos que sejam de interesse da sociedade, primando para que a mesma possa perceber e se beneficiar com esses trabalhos. Atualmente o Centro é dirigido por Fernando Antonio Freitas Lins e possui os seguintes Grupos de Pesquisa: Agrominerais; Minerais Industriais; Caracterização Tecnológica de Minérios

e Materiais; Produção de Materiais de Referência Certificados; Drenagem Ácida – Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas pela Mineração; Química Analítica; Serviço de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais; Processos de Separação Sólido-Líquido; Reciclagem de Materiais; Núcleo de Avaliação de Risco Ambiental e Humano; Núcleo de Modelagem Molecular (CETEM 2013).

## 1.6 Governos Municipais – ANAMUP

A Associação Nacional dos Municípios Produtores foi criada em 2003, a partir de articulações entre a Frente Paulista dos Municípios Maiores Geradores de ICMS (FREMAGIC) e a Associação dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas (AMUSUH). Como propósito de defender os interesses de municípios com capacidade de produção, a ANAMUP busca articulações com parlamentares e representantes do governo a fim de alcançar seus objetivos.

Em relação à mineração, a associação tem acompanhado de perto as discussões sobre o novo marco, levando em conta os direitos dos municípios quanto à arrecadação de royalties e defendendo um aumento da fiscalização das atividades das empresas extrativas, nos municípios. Para tanto, a ANAMUP promove eventos onde os municípios envolvidos possam trocar experiências entre si e com pessoas com conhecimento técnico sobre o assunto. Um exemplo é o Ciclo ANAMUP de Fóruns Regionais dos Municípios Mineradores, que tem por objetivo prestar esclarecimentos a cerca dos benefícios econômicos da mineração, bem como da legislação que a regulamenta, inclusive as propostas de mudanças e melhores práticas para aumentar a fiscalização dessa atividade. Atualmente, o presidente da diretoria executiva da Associação é o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim – ES, Carlos Roberto Casteglione (ANAMUP 2013).

## 2 Parlamento

Composto pelos representantes eleitos pelo povo, o parlamento se divide entre o Senado Federal (senadores) e a Câmara dos Deputados (Deputados Federais) e exerce o poder legislativo e fiscalizador no Congresso Nacional.

Para as finalidades da pesquisa, serão analisados os senadores dos estados de Minas Gerais e Pará e os deputados federais desses mesmos estados, membros titulares da Comissão de Minas e Energia, bem como o presidente desta Comissão. Serão analisados, ainda, o presidente e o relator da “Câmara Especial sobre Exploração de Recursos em Terras Indígenas” (PL 1610/96).

### 2.1.Senadores

#### Aécio Neves

Senador eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, em exercício desde 2011, com efetividade até 2019. Atua como titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É relator do Projeto de Lei do Senado, nº 1 de 2011, que altera a base de cálculo da CFEM a fim de considerar o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral, emitindo parecer favorável e do Projeto de Lei do Senado, nº 283 de 2011 para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro, ainda sem parecer.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: Votorantim Industrial S/A, Arcelor Mittal Brasil S/A, V & M do Brasil S/A, Siderúrgica Maravilhas Ltda., Mineração Lapa Vermelha Ltda., Companhia Metalúrgica Prada, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, entre outras. A receita total declarada foi de cerca de 12 milhões de reais.

#### Clésio Andrade

Senador em exercício em decorrência do falecimento do senador Eliseu Resende, eleito pelo estado de Minas Gerais, em exercício desde 2011, com efetividade até 2015 e filiação ao Partido do

Movimento Democrático Brasileiro. Atua como titular na Comissão de Serviços de Infraestrutura e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Autor do Projeto de Lei do Senado, nº 283 de 2011 para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: CAEMI Mineração e Metalurgia S/A, Metalsider Ltda., SIDERPA Siderúrgica Paulino Ltda., Siderúrgica Valinho S/A, V & M do Brasil S/A, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, entre outras. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 2.500.000.

#### Flexa Ribeiro

Senador eleito pelo estado do Pará, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, em exercício desde 2011, com efetividade até 2019. Atua como titular na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, na Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira e na Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte. Autor do Projeto de Lei do Senado, nº 1 de 2011, que altera a base de cálculo da CFEM a fim de considerar o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral e dos requerimentos, nº 45/2011 e 14/2013, que versam sobre a realização de audiências públicas com a finalidade de discutir a reforma do marco regulatório do setor mineral. Vale ressaltar que, como participantes de tais audiências, foram apontados apenas membros do governo e do setor empresarial. E que, no último requerimento, o senador sugere que sejam feitas três audiências: sobre o Título Mineário e a promoção da atividade mineral; sobre a CFEM; sobre a exploração em casos especiais (fronteiras, terras indígenas e alto mar).

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: Companhia Siderúrgica

do Pará e Gerdau Comercial de Aço S/A. Entre as demais empresas financiadoras da campanha, figuram inúmeras madeireiras. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 3.500.000.

#### Jader Barbalho

Senador eleito pelo estado do Pará, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em exercício desde 2011, com efetividade até 2019. Atua como titular na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Sua campanha não obteve financiamento de empresas do setor mineral, a grande maioria das doações foi proveniente de pessoas físicas. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 4.000.000.

#### Mário Couto

Senador eleito pelo estado do Pará, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, em exercício desde 2007, com efetividade até 2015. Atua como titular na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, nos Conselhos da

Ordem do Congresso Nacional e de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão Externa para acompanhar a crise na Federação Paraense de Futebol.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: CAEMI Mineração e Metalurgia S/A e Usina Siderúrgica de Marabá S/A. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 1.300.000.

#### Zeze Perrella

Senador em exercício em decorrência do falecimento do senador Itamar Franco, eleito pelo estado de Minas Gerais, em exercício desde 2011, com efetividade até 2019 e filiação ao Partido Democrático Trabalhista. Atua como titular na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: Arcelor Mittal Brasil S/A, Companhia Metalúrgica Prada, Empresas de Cimentos Liz S/A, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, entre outras. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 11.500.000.



## 2.2 Comissão Especial do Novo Código da Mineração

### Gabriel Guimarães (presidente)

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido dos Trabalhadores, está em seu primeiro mandato. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia, na Subcomissão Permanente sobre o Marco Regulatório de Mineração do Brasil, e no Grupo de Trabalho sobre a Consolidação das Leis. Foi indicado para presidir a Comissão Especial que analisará a proposta apresentada pelo governo de novo Código da Mineração.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: Gerdau Comercial de Aços S/A, Concretos Rolim Ltda., Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e Rima Industrial S/A. Vale ressaltar que no site do TSE o nome do deputado consta como Gabriel Moreira de Andrade e não Gabriel Guimarães de Andrade, de acordo com o site da Câmara dos Deputados. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 3.000.000.

### Leonardo Quintão (relator)

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, está em seu segundo mandato consecutivo. É titular da Comissão de Viação e Transportes, da Comissão Especial para a PL 0037/11 sobre Mineração, PEC 010/11 sobre o Plano de Metas dos Poderes Executivos, PL 3460/04 sobre a criação do Estatuto da Metrópole, PEC055/11 sobre a Carreira do Policiamento de Trânsito, PL 237/12 sobre alteração no Estatuto da Microempresa. O Deputado atua, ainda, como titular nas Comissões Externas sobre a Reserva Suiá-Missú e sobre a Reconstrução do Porto de Minério da Icomi no Amapá.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como a Arcelor Mittal Inox Brasil, Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda, Gerdau Comercial de Aços S/A, LGA Mineração e Siderurgia Ltda e Usiminas Mecânica S/A. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 2.000.000, com quase 20% doado pelo setor mineral.”

## 2.3 Deputados Federais

### Aracely de Paula

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido da República, está em seu sexto mandato consecutivo. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. A maior parte do financiamento da campanha foi feito com recursos próprios. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 1.000.000.

### Bernardo Santana de Vasconcellos

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido da República, está em seu primeiro mandato. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia e em Comissões Especiais como a destinada a proferir parecer à Proposta de Lei 1610/96 que dispõe sobre a Exploração de Recursos Minerais em Terras Indígenas. É o autor da PL 5306/13 que dispõe sobre a atividade de mineração, o Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral com: Arcelor Mittal Brasil S/A, Gerdau Comercial de Aços S/A, V & M do Brasil S/A, Usiminas Mecânica S/A, Metalsider S/A, SIDERPA Siderúrgica Paulino Ltda., Companhia Ferroligas Minas Gerais, Rima Industrial S/A e Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. Vale ressaltar que cerca de 68% da receita de campanha foram provenientes de doações do setor mineral, sendo 58% só da Rima Industrial S/A. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 3.800.000.

### Dimas Fabiano

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido Progressista, está em seu primeiro mandato. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia e na Subcomissão Permanente de Energia Elétrica e Fontes Renováveis de Energia Elétrica.

Sua campanha não obteve financiamento de empresas do setor mineral, sendo a maioria dos

doadores, pessoas físicas, dentre as pessoas jurídicas e agregando o maior valor de doação, a principal doadora foi uma empresa de saneamento, seguindo a linha do partido (PP – Eduardo da Fonte). A receita total declarada foi de cerca de R\$ 1.300.000.

### Dudimar Pixaúba

Deputado Federal eleito pelo estado do Pará, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, está em seu primeiro mandato. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia e na Subcomissão Permanente de Energia Elétrica e Fontes Renováveis de Energia Elétrica.

Sua campanha não obteve financiamento de empresas do setor mineral, tendo como principal financiador recursos internos do partido, através do comitê e de verbas de outros candidatos. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 70.000.

### Édio Lopes

Deputado Federal eleito pelo estado de Roraima, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, está em seu segundo mandato consecutivo. Atua como titular na Subcomissão Permanente para estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública. E, ainda, da Comissão Especial destinada a analisar as Propostas de Emenda à Constituição que versem sobre Segurança Pública, Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição Federal para assegurar ao Garimpeiro e ao pequeno minerador o direito à aposentadoria, Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Lei 1610/96 que dispõe sobre a Exploração de Recursos Minerais em Terras Indígenas, passando a relator, participando também, do Grupo de Trabalho: Terras Indígenas. Sua campanha não obteve financiamento de empresas do setor mineral, a grande maioria das doações foi proveniente do próprio partido, tendo este como doadores do setor mineral, a Companhia Metalúrgica Prada e a Gerdau Comercial de Aços S/A. Os principais doadores do Diretório Estadual/

Distrital foram empresas de engenharia e construção. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 2.300.000.

### Eduardo da Fonte

Deputado Federal eleito pelo estado de Pernambuco, filiado ao Partido Progressista, está em seu segundo mandato consecutivo. Atua como presidente da Câmara de Minas e Energia, sendo autor do requerimento 166\_2013, que requer a realização de seminário para discutir alterações na cobrança de CFEM.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como a Gerdau Comercial de Aços S/A, a maior parte das doações foi proveniente do próprio partido que teve como principal doadora uma empresa de saneamento, do setor mineral, apenas a Votorantim contribuiu com o Diretório Estadual/Distrital. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 3.000.000.

### Marcos Montes

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido Social Democrático, está em seu segundo mandato consecutivo, sendo o primeiro com filiação ao Partido da Frente Liberal e o segundo filiado ao Democratas. Atua como 3º vice-presidente da Comissão de Minas e Energia e titular da Subcomissão Permanente sobre o Marco Regulatório de Mineração do Brasil.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: Arcelor Mittal Brasil S/A, Gerdau Comercial de Aços S/A, V & M do Brasil S/A, Usiminas Mecânica S/A, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, entre outras. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 2.200.000.

### Padre Ton

Deputado Federal eleito pelo estado de Rondônia, filiado ao Partido dos Trabalhadores, está em seu primeiro mandato. Atua como membro titular da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias, e do Grupo de Trabalho: Terras Indígenas; presidente da Comissão Especial sobre



a Exploração de Recursos em Terras Indígenas – PL 1610/96, e da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e coordenador da Comissão Externa sobre Violência contra o Povo Indígena Guarani-Kaiowá.

Sua campanha não obteve financiamento de empresas do setor mineral, a grande maioria das doações foi proveniente de pessoas físicas. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 200.000.

### Rodrigo de Castro

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, está em seu segundo mandato consecutivo. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: Companhia Metalic Nordeste, Companhia de Cimento Ribeirão Grande, Ferrous Resources do Brasil S/A, Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda., Usiminas Mecânica S/A, Vetorial Siderurgia Ltda. e Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 3. 700.000.



### Wandenkolk Gonçalves

Deputado Federal eleito pelo estado do Pará, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, está em seu segundo mandato consecutivo. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia e da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição Federal para assegurar ao Garimpeiro e ao pequeno minerador o direito à aposentadoria. Autor de dois requerimentos, números 10/11 e 161/13, ambos requerendo “a criação de subcomissão permanente para acompanhar a implantação de grandes projetos minerais, hidrelétricos e hidrovíários no Estado do Pará, as condicionantes sócio-ambientais e suas consequências”. Vale ressaltar que no documentário “Belo Monte, Anúncio de uma Guerra” o deputado aparece discursando a favor do empreendimento.

Sua campanha não obteve financiamento de empresas do setor mineral, tendo como principal financiador o próprio partido e empresas frigoríficas. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 600.000.

### Weliton Prado

Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido dos Trabalhadores, está em seu primeiro mandato. Atua como titular na Comissão de Minas e Energia, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Subcomissão Permanente de Energia Elétrica e Fontes Renováveis de Energia Elétrica.

Sua campanha foi financiada por empresas do setor mineral como: Ligas de Alumínio S/A, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e Rima Industrial S/A. A receita total declarada foi de cerca de R\$ 2.000.000.

Após esse levantamento, fica claro que numa comparação entre os estados de Minas Gerais e Pará, as empresas do setor mineral investem mais em candidatos do primeiro estado. Candidatos estes que apresentaram campanhas muito mais onerosas que as dos candidatos paraenses. A maioria dos parlamentares que apresentaram emendas ao projeto de lei enviado pela presidenta também receberam doações de empresas mineradoras. Veja a tabela a seguir:

Doações de campanha 2010 dos autores de emendas ao Código da Mineração					
Deputado/emendas	Partido	UF	Empresa	Arrecadação total (R\$)	Observação
Eduardo Cunha (90)	PMDB	RJ	Financiado essencialmente pelo Comitê Financeiro Único (86%)	4.767.775,79	Cerca de 12% da arrecadação total do comitê foi doada ao candidato. O financiamento do comitê foi feito essencialmente por construtoras e por verbas do próprio comitê. Tendo como doação mais vultuosa a da Minerações Brasil Reunidas S/A – MBR.
Chico Alencar (5)	PSOL	RJ	Financiado essencialmente por doações de pessoas físicas.	180.986,29	
Rose de Freitas (10)	PMDB	ES	Financiada essencialmente pelo Diretório Nacional (70%)	935.957,72	
Vanderlei Siraque (5)	PT	SP	Financiado essencialmente por doações nominais.	488.958,97	Dentre os principais doadores da campanha, figuram nomes do próprio partido como: Aloizio Mercadante, Marta Suplicy, Carlos Grana, Luiz Claudio Marcolino, João Avamileno, entre outros.
Araldo Jardim (21)	PPS	SP	Arcelormittal Brasil S/A – Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S/A – Gerdau Comércio de Aços S/A – Morlan S/A – Usiminas Mecânica S/A e Votorantim Metais Ltda.	2.763.217,61	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração, somaram aproximadamente 10% do total das doações de campanha do candidato.
Walter Feldman (13)	PSDB	SP	Cia Metalic Nordeste – Votorantim Industrial S/A	3.993.150,78	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração, somaram aproximadamente 5% do total das doações. Os maiores valores foram ligados essencialmente a construtoras e empreendimentos imobiliários.
Raul Henry (11)	PMDB	PE	Votorantim Comercializadora de Energia – Ltda.	946.751,33	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração somaram aproximadamente 5% do total das doações. Os maiores valores foram ligados essencialmente aos Diretórios Estadual/Distrital e Nacional.

## Doações de campanha 2010 dos autores de emendas ao Código da Mineração

Deputado/emendas	Partido	UF	Empresa	Arrecadação total (R\$)	Observação
Fernando Ferro (10)	PT	PE	Incomisa S/A	801.217,00	A maior parte das doações foi feita pelo próprio Diretório e por pessoas físicas, com destaque para o empresário João Alves de Queiroz Filho que, sozinho, financiou cerca de 25% da campanha.
Sílvio Costa (15)	PTB	PE	Votorantim Industrial S/A	1.150.060,00	A maior parte das doações foi feita pelo Diretório e por empresas ligadas ao ramo alimentício.
Vítor Penido (6)	DEM	MG	AngloGold	1.147.735,86	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração somaram aproximadamente 17% do total das doações de campanha do candidato.
Padre João (19)	PT	MG	Ashanti Ltda. – Itabirito Mineração Ltda. – V & M do Brasil S/A	694.829,89	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração somaram aproximadamente 23% do total das doações de campanha do candidato.
Marcos Montes (15)	PSD	MG	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – Concretos Rolim Ltda. – Gerdau Comercio de Aços Ltda. – Rima Industrial S/A	2.243.153,97	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração somaram aproximadamente 5% do total das doações de campanha do candidato. O maior montante ficou por conta do Diretório Estadual/Distrital e Nacional, sendo filiado ao DEM na época das eleições.
Bernardo Santana de Vasconcellos (24)	PR	MG	Arcelormittal Brasil S/A – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – Companhia Ferroligas de Minas Gerais – Gerdau Comercial de Aços S/A – Metalsider Ltda. – Rima Industrial S/A – Siderpa Ltda. – V & M do Brasil S/A	3.746.851,18	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração somaram aproximadamente 70% do total das doações de campanha do candidato.
Ronaldo Caiado (10)	DEM	GO	Central Mix Concretos e Artefatos Ltda. – Companhia de Cimento Ribeirão Grande – Gerdau Comércio de Aços S/A	2.771.075,50	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração somaram cerca de 8% do total das doações de campanha do candidato. O maior montante ficou por conta do Diretório Estadual/Distrital e Nacional.

## Doações de campanha 2010 dos autores de emendas ao Código da Mineração

Deputado/emendas	Partido	UF	Empresa	Arrecadação total (R\$)	Observação
Marina Santanna (5)	PT	GO	Financiado essencialmente pelo Comitê Financeiro Único e pelo Diretório Estadual/Distrital (58%)	726.229,00	Teve como principal doador o ex-deputado federal Pedro Wilson Guimarães, com mais de 40% do total das doações.
Arnaldo Jordy (12)	PPS	PA	Carbonífera Criciuma S/A – Cia de Cimentos Itambé – Copelmi Mineração Ltda. – Gerdau Comercial de Aços S/A – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	400.972,72	
Eduardo Sciarra (20)	PSD	PR	Carbonífera Criciuma S/A – Cia de Cimentos Itambé – Copelmi Mineração Ltda. – Gerdau Comercial de Aços S/A – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	1.318.773,09	As doações de empresas ligadas ao ramo da mineração somaram aproximadamente 10% do total das doações de campanha do candidato. O maior montante ficou por conta do Diretório Nacional, sendo filiado ao DEM na época das eleições.
Sarney Filho (23)	PV	MA	Viena Siderúrgica S/A	1.144.741,00	A maior parte das doações foi feita pelo Diretório Estadual/Distrital, cerca de 75%. Já o Diretório do PV no Maranhão teve suas doações, em geral, por conta de construtoras e do total arrecadado: 80% foi repassado ao candidato.

Fonte: <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/>

Fazendo uma análise das seis empresas que mais doaram nas eleições 2012, vemos que o valor total atinge a vultosa cifra de R\$ 11.912.446,94. Isso representa um importante investimento político e um elo fundamental entre o poder político e o poder econômico. Veja na tabela o destino das doações dessas empresas:

Doações de Campanha - Eleições 2010				
Empresa	Comitê/Direção		Candidato*	
	Partido	Valor (R\$)	Partido	Valor (R\$)
Vale S.A. <sup>1</sup>	PT	10.380.000,00		
	PSDB	6.950.000,00		
	PMDB	5.760.000,00		
	DEM	2.710.000,00		
	PSB	1.200.000,00		
	PV	950.000,00		
	PDT	850.000,00		
	PR	370.000,00		
	PPS	280.000,00		
	PTB	190.000,00		
	PMN	100.000,00		
	PHS	100.000,00		
	PSC	70.000,00		
	PP	50.000,00		
	<b>TOTAL</b>	<b>29.960.000,00</b>		
CSN <sup>2</sup>	PSB	500.000,00	PT	100000,00
	PSDB	216.493,54		
	<b>TOTAL</b>	<b>716.493,54</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100000,00</b>
Votorantim <sup>3</sup>	PPS	600.000,00	PPS	180000,00
	PT	2.950.000,00	PT	1250000,00
	DEM	600.000,00	DEM	790000,00
	PSDB	2.660.000,00	PSDB	1420000,00
	PP	150.000,00	PP	380000,00
	PTB	80.000,00	PTB	290000,00
	PMDB	130.000,00	PMDB	1430000,00
	PSB	100.000,00	PSB	519446,94
			PR	110000,00
			PSC	30000,00
			PDT	30000,00
		PV	50000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>7.270.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6479446,94</b>	

Doações de Campanha - Eleições 2010				
Empresa	Comitê/Direção		Candidato*	
	Partido	Valor (R\$)	Partido	Valor (R\$)
AngloGold	PSB	100.000,00	PT	100.000,00
	PSDB	30.000,00	PSDB	170.000,00
	PMDB	40.000,00	PMDB	60.000,00
			DEM	150.000,00
			PSC	100.000,00
			PP	100.000,00
			PPS	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>170.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>750.000,00</b>	
Usiminas <sup>11</sup>	PSDB	1.250.000,00	PSDB	1.717.000,00
	PT	1.000.000,00	PT	456.000,00
	PMDB	290.000,00	PMDB	677.000,00
			PPS	270.000,00
			PDT	448.060,00
			PTB	147.000,00
			DEM	597.000,00
			PP	111.000,00
			PSB	175.000,00
			PV	100.000,00
			PC do B	42.000,00
			PSC	50.000,00
			PR	28.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.540.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.818.060,00</b>	
Kinross	PSDB	50.000,00	PSDB	50.000,00
			PMDB	50.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>
MMX <sup>12</sup>	PSDB	1.000.000,00	PDT	100.000,00
	PT	1.800.000,00	PT	500.000,00
	PMDB	500.000,00	PMDB	1.050.000,00
	PV	500.000,00		
	PC do B	300.000,00		
	PR	200.000,00		
	DEM	100.000,00		
	<b>TOTAL</b>	<b>4.400.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1650000,00</b>

<sup>1</sup> Os valores apresentados nessa tabela são referentes aos CNPJs da Vale Fertilizantes S/A e da Vale Manganês S/A

<sup>2</sup> Os valores apresentados nessa tabela são referentes ao CNPJ da CSN Cimentos S/A.

<sup>3</sup> Os valores apresentados nessa tabela são referentes aos CNPJs da Votorantim Industrial S/A, Votorantim Comércio de Energia SA e Votorantim Metais S/A.

<sup>11</sup> Os valores apresentados nessa tabela são referentes ao CNPJ da Usiminas Mecânica S/A

<sup>12</sup> Os valores apresentados nessa tabela são referentes ao CNPJ do Eike Batista

\* A discriminação das doações a candidatos é feita na aba ao lado

## Doação a Deputados Federais – Eleições 2010

Empresa	Governador	Partido	Estado	Valor (R\$)
CSN Cimentos S/A	Ricardo J. R. Berzoini	PT	SP	100.000,00
Votorantim	Alexandre J. dos Santos	PMDB	RJ	30.000,00
	Andre L. Vargas hilário	PT	PR	30.000,00
	Angelo Carlos Vanhoni	PT	PR	20.000,00
	Antonio Andrade	PMDB	MG	30.000,00
	Antonio C. de M. Thame	PSDB	SP	40.000,00
	Antonio C. Pannunzio*	PSDB	SP	30.000,00
	Arnaldo Calil P. Jardim	PPS	SP	30.000,00
	Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	30.000,00
	Benito da Gama Santos*	PTB	BA	30.000,00
	Bruno C.de Araújo	PSDB	PE	50.000,00
	Carlos Eduardo (Cadoca)	PSC	PE	30.000,00
	Carlos José de Almeida	PT	SP	40.000,00
	Eduardo F. Sciarra	DEM	PR	30.000,00
	Emanuel Fernandes	PSDB	SP	40.000,00
	Fábio A Ramalho dos S.	PV	MG	30000,00
	Gabriel B. I. Chalita	PSB	SP	120.000,00
	Geraldo Magela Pereira	PT	DF	50.000,00
	Gerson Silva Gabrielli*	DEM	BA	80.000,00
	Gustavo R. Herrmann*	PSB	SP	20.000,00
	J. F. Paes Landim	PTB	PI	50.000,00
	J. Mendonça B. Filho	DEM	PE	50.000,00
	Jair Cassola*	PDT	SP	30.000,00
	Jilmar Augustinho Tatto	PT	SP	60.000,00
	Jonival L. da Silva Jr.*	PTB	BA	30.000,00
	José Aníbal P. de Pontes	PSDB	SP	35.000,00
	José Otávio Germano	PP	RS	50.000,00
	Jose R. Franco Montoro*	PSDB	SP	35.000,00
	Luciano Pizzatto	DEM	PR	20.000,00
	Luiz Fernando R. Faria	PP	MG	50.000,00
	Luiz Paulo T. Ferreira	PT	SP	30.000,00
	Manoel Alves da S. Jr	PMDB	PB	30.000,00
	Marcus Antonio Vicente*	PP	ES	30.000,00
	Mauricio Rands C. B.	PT	PE	50.000,00
	Miguel Correa da S. Jr.	PT	MG	80.000,00
	Onofre Santo Agostini	DEM	SC	100.000,00
	Raul J. L. Henry Jr.	PMDB	PE	30.000,00
	Ricardo J. R. Berzoini	PT	SP	50.000,00
	Rubens Otoni Gomide	PT	GO	50.000,00
	Sandro Alex C. de Oliveira	PPS	PR	10.000,00
	Sandro Mabel	PR	GO	50.000,00
	Sergio Antonio Nechar*	PP	SP	50.000,00
	Silvio Serafim Costa	PTB	PE	50.000,00

## Doação a Deputados Federais – Eleições 2010

Empresa	Governador	Partido	Estado	Valor (R\$)
Votorantim	Vilmar da Silva Rocha	DEM	GO	50.000,00
	Walter Meyer Feldman	PSDB	SP	50.000,00
	Walter S. Ihoshi	DEM	SP	30.000,00
	TOTAL			2.379.446,94
AngloGold	Eduardo B. De Azeredo	PSDB	MG	70.000,00
	Eduardo Bernis*	PPS	MG	70.000,00
	José Saraiva Felipe	PMDB	MG	30.000,00
	Luiz Fernando R. Faria	PP	MG	100.000,00
	Paulo Piau Nogueira	PMDB	MG	30.000,00
	Vitor Penido de Barros	DEM	MG	150.000,00
	TOTAL			450.000,00
Usiminas Mecânica S.A.	Alberto Pereira Mourão	PSDB	SP	80.000,00
	Alexandre S. De Oliveira	PPS	MG	178.000,00
	Arnaldo Calil P. Jardim	PPS	SP	42.000,00
	Carlos Melles	DEM	MG	83.000,00
	Domingos Sávio C. R.	PSDB	MG	50.000,00
	Eduardo B. De Azeredo	PSDB	MG	50.000,00
	Eduardo Bernis*	PPS	MG	50.000,00
	J. Aldo Rebelo Neto	PC do B	SP	42.000,00
	J. Ricardo A Tripoli	PSDB	SP	80.000,00
	José Otávio Germano	PP	RS	72.000,00
	Júlio C. Delgado	PSB	MG	47.000,00
	Jutahy Magalhães Jr.	PSDB	BA	97.000,00
	Leonardo L. B. Quintão	PMDB	MG	70.000,00
	Luiz C. Jorge Haully	PSDB	PR	55.000,00
	Luiz Fernando R. Faria	PP	MG	39.000,00
	Márcio L. França Gomes	PSB	SP	72.000,00
	Marcos Montes	DEM	MG	50.000,00
	Mauricio Rands C. B.	PT	PE	28.000,00
	Miguel Correa da S. Jr.	PT	MG	50.000,00
	Narcio Rodrigues da S.	PSDB	MG	50.000,00
	Odair José da Cunha	PT	MG	50.000,00
	Olavo Bilac P. Neto	PR	MG	28.000,00
	Otávio Santos S. Leite	PSDB	RJ	48.000,00
	Paulo Abi Ackel	PSDB	MG	50.000,00
	Paulo Delgado*	PT	MG	28.000,00
	Paulo Pereira da Silva	PDT	SP	139.000,00
	Paulo Piau Nogueira	PMDB	MG	50.000,00
	Reginaldo L. de O. Lopes	PT	MG	50.000,00
	Rodrigo B. De Castro	PSDB	MG	50.000,00
TOTAL			1.778.000,00	
Kinross	Antonio Andrade	PMDB	MG	50.000,00

\* não eleitos

<b>Doação a Governadores – Eleições 2010</b>				
<b>Empresa</b>	<b>Governador</b>	<b>Partido</b>	<b>Estado</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Votorantim	Agnelo S. Queiroz Filho	PT	DF	150.000,00
	Ana Julia de V. Carepa*	PT	PA	250.000,00
	Anastasia	PSDB	MG	400.000,00
	Carlos Alberto Richa	PSDB	PR	180.000,00
	José Targino Maranhão*	PMDB	PE	150.000,00
	Marcelo Deda Chagas	PT	SE	100.000,00
	Marconi Perillo	PSDB	GO	200.000,00
	Paulo Antônio Skaf*	PSB	SP	349.446,94
	Rosalba Ciarlini Rosado	DEM	RN	300.000,00
	Silval da C. Barbosa	PMDB	MT	300.000,00
	TOTAL			2.379.446,94
Usiminas Mecânica S.A.	Anastasia	PSDB	MG	500.000,00
	Hélio Costa*	PMDB	MG	300.000,00
	TOTAL			800.000,00
Kinross	Anastasia	PSDB	MG	50.000,00
MMX (Eike Batista)	Sérgio Cabral	PMDB	RJ	750.000,00

\* não eleitos

<b>Doação a Senadores – Eleições 2010</b>				
<b>Empresa</b>	<b>Governador</b>	<b>Partido</b>	<b>Estado</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Votorantim	Aécio Neves	PSDB	MG	100.000,00
	Ana Amélia de Lemos	PP	RS	80.000,00
	Angela Maria G. Portela	PT	RR	80.000,00
	Arthur Virgílio do C. R. Neto*	PSDB	AM	100.000,00
	Blairo B. Maggi	PR	MT	60.000,00
	Ciro Nogueira Lima Filho	PP	PI	100.000,00
	Fernando da M. Pimentel*	PT	MG	120.000,00
	José Agripino Maia	DEM	RN	120.000,00
	Lindbergh Farias	PT	RJ	80.000,00
	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	SC	500.000,00
	Roberto Requião	PMDB	PR	250.000,00
	Valdir Raupp de Matos	PMDB	RO	80.000,00
	TOTAL			1.670.000,00
	Usiminas Mecânica S.A.	Aécio Neves	PSDB	MG
Armando de Q. Monteiro N.		PDT	PE	147.000,00
Arthur Virgílio do C. R. Neto*		PSDB	AM	107.000,00
Fernando da M. Pimentel*		PT	MG	200.000,00
Jorge Sayed Picciani*		PMDB	RJ	9.6000,00
José Agripino Maia		DEM	RN	169.000,00
José Carlos Aleluia Costa*		DEM	BA	195.000,00
Ricardo de R. Ferraço		PMDB	ES	111.000,00
TOTAL			1.225.000,00	
Kinross MMX (Eike Batista)	Cristovam Buarque	PDT	DF	100.000,00
	Delcídio do Amaral Gomes	PT	MS	500.000,00
	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	SC	200.000,00
TOTAL			800.000,00	

\* não eleitos

## **3. Caracterização dos Segmentos Econômicos**

### **3.1. Associações Empresariais**

#### **IBRAM (2013)**

O IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração é uma entidade nacional, criada em 1976, que representa as empresas e instituições que atuam na indústria da mineração. Trata-se de uma associação privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de congregar, representar, promover e divulgar a indústria mineral brasileira, a fim de aumentar sua competitividade nacional e internacional.

Outros objetivos do Instituto estão relacionados à segurança na mineração e ao estímulo aos estudos e pesquisas para o desenvolvimento e inovações tecnológicas. O IBRAM estimula o intercâmbio de idéias e a discussão dos temas de interesses da indústria mineral, promovendo eventos como cursos, exposições seminários, workshops, congressos de alcance nacional e internacional. Possui em seu banco de dados uma série de produções estatísticas.

Desde 1994, as empresas associadas ao IBRAM contam com a assessoria do Comitê para a Normalização Internacional em Mineração (CONIM), um amplo programa de apoio às empresas que atuam na indústria da mineração, coordenando

e fortalecendo a participação das empresas brasileiras de minério de ferro nos trabalhos de desenvolvimento de normas técnicas na ISO e na ABNT. Tais normas servem para os fornecedores e consumidores quantificarem as características de qualidade dos minérios, valendo-se para o cálculo de faturamento, prêmios e multas de cada carregamento. A partir de 2007 o apoio do CONIM estendeu-se às produções de níquel e cobre.

Atualmente o IBRAM conta com cerca de 230 associados que se dividem entre titulares (empresas de mineração) e afiliados (empresas ou entidade ligadas ao segmento de mineração). Tais associados contribuem com mensalidades variáveis de acordo com o porte de cada empresa. O presidente da diretoria executiva é José Fernando Coura, tendo como presidente do conselho diretor Ricardo Vescovi de Aragão, da Samarco Mineração S.A.. Fazem parte do conselho as empresas: Embú S.A. Engenharia e Comércio, Anglogold Ashanti Ltda., Copelmi Mineração Ltda., Minerações Brasileiras Reunidas S.A., Mineração Rio do Norte S.A., Kinross Brasil Mineração S/A, Vale S.A. e Votorantim Metais S.A.

### SIMINERAL (2013)

Constituído em 2007, o Sindicato das Indústrias Mineradoras do Estado do Pará - SIMINERAL tem como missão criar um ambiente institucional favorável à inserção competitiva e ao desenvolvimento sustentável da indústria mineral.

O sindicato foi criado pela iniciativa de cinco empresas atuantes no estado, entre elas a Vale, com o propósito de buscar soluções para desafios em comum e conta com dezoito membros divididos entre fundadores, efetivos e honorários. A direção é de José Fernando Gomes Júnior, da Vale. O sindicato tem por finalidade disseminar o associativismo entre as indústrias mineradoras, permitindo um novo marco estratégico na defesa e divulgação do setor junto à sociedade paraense. Agindo como um canal de interlocução junto ao estado e à sociedade civil, reforçando a voz da indústria mineral em defesa de seus interesses. Com a preocupação de que o avanço da mineração no Pará implica na criação de política de desenvolvimentos do setor, bem como investimentos em infraestrutura, afirmando que os desafios poderão ser vencidos mais facilmente com a associação ao SIMINERAL.

### ABM (2013)

A Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração foi fundada na década de 1940, em caráter pioneiro, para acompanhar o início do processo de industrialização brasileira. Tendo por objetivo o intercâmbio do conhecimento técnico-científico em busca da capacitação dos profissionais das áreas da metalurgia e dos materiais. Conta com mais de cinco mil associados, provenientes não só das empresas dos setores minero-metal-mecânico, como também do mundo acadêmico e das pesquisas, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. O presidente atual da Diretoria é Alfredo Haullen, da Gerdau e o presidente do Conselho é Nelson Guedes de Alcântara da UFSCar.

A Associação possui 18 unidades regionais: Bahia, Baixada Santista, Bandeirantes, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Vale do Aço, Vale do Paraíba, Volta Redonda e Zona da Mata.

### SINDIEXTRA (2013)

Fundado em 1991, o Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra tem por objetivo representar e defender a indústria mineral e os interesses de seus associados e da indústria mineradora. Contando também com o apoio de diversas organizações, tanto governamentais, quanto não governamentais, como a Frente Parlamentar de Apoio à Indústria Mineral – Eliezer Batista da Silva, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O sindicato conta com 71 membros e possui titularidade em atividades minerárias como: o Conselho Estadual de Geologia e Mineração – CEGEM; Conselho de Administração do IGAM; Câmara Temática de Indústria, Mineração e Infra - Estrutura – CMI (COPAM), entre outras. Além de organizar audiências públicas e eventos de interesse do setor, realiza programas de treinamento empresarial e cursos de formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra, em parceria com o sistema FIEMG e promove a participação das empresas em feiras nacionais e internacionais. Atualmente, o presidente do sindicato é José Fernando Coura, que também é presidente do Ibram.

## 3.2. Empresas

As empresas representantes diretas do setor econômico têm sido - segundo Cláudio Scliar, ex-secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e do Ministério de Minas e Energia - o principal (senão único) participante não governamental nas discussões sobre o novo Marco Regulatório da Mineração.

As tabelas a seguir ilustram as 10 maiores empresas do setor mineral brasileiro em 2011, de acordo com a \*Revista Brasil Mineral (2012).

As 10 maiores empresas da mineração brasileira - 2011*							
Empresa	Origem	Exploração mineral no Brasil*	Atuação no país	Valor da produção R\$ milhões*	Lucro líquido R\$ Milhões		Composição acionária
				2011	2011	2012	
Vale S.A. (2013b)	Brasil	Bauxita, Cobre, Ferro, Fosfato, Manganês, Níquel e Silvinita	BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, RJ, RS, SC, SE, SP	61.768	22.652	5.254	Valepar: 33,7%; Inv. não brasileiros: 39,6%; Inv. Brasileiros: 21,4%; Governo Federal: 5,3%
CSN Companhia Siderúrgica Nacional (2013)	Brasil	Argila, Calcário, Cassiterita (Sn) e Ferro	CE, MG, PE, PI, PR, RJ, SP	2.364	3.667	-480,574	Vicunha Siderurgia S.A.: 47,86%; ADRs: 25,53%; BOVESPA: 19,85%; Rio Iaco Participações S.A.: 3,99%; BNDESPAR: 1,89%; CBS: 0,88%
Votorantim Industrial S.A. (2013)	Brasil	Argila, Bauxita Calcário, Cobalto, Gipsita, Ferro, Níquel e Zinco	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MS, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, SC, SE, SP, TO	2.044	1.282	87	
Yamana Desenvolvimento Mineral Ltda.	Canadá	Cobre e Ouro	BA, GO, MT	2.025	US\$ 584	US\$ 442	
Anglo American Brasil Ltda. (2013)	Reino Unido	Apatita (P), Ferro, Níquel e Pirocloro (Nb)	AP, GO, SP, (MG, MT, PA)	2.010	US\$ 7.992	US\$ -614	BlackRock, Inc.: 5,97%; Epoch Two Investment Holdings Limited: 3,19%; Legal & General plc: 4,03%; Public Investment Corporation: 5,86%; Tarl Investment Holdings Limited: 3,57%

## As 10 maiores empresas da mineração brasileira - 2011\*

Empresa	Origem	Exploração mineral no Brasil*	Atuação no país	Valor da produção R\$ milhões*			Lucro líquido R\$ Milhões	Composição acionária
				2011	2011	2012		
AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	África do Sul	Ouro	GO, MG	1.515	US\$ 1.598	US\$ 849	The Bank of New York Mellon: 40,1%; Paulson & Co., Inc: 7,46%; Allan Gray Unit Trust Management Limited: 5,35%; Investec Asset Management Pty Limited: 5,25%; Public Investment Corp. of South Africa: 5, 23%	
Mineração Usiminas S.A.	Brasil	Minério de Ferro	MG	1.431	404,13	-531,3	Free - Float: 36,14%; Grupo Nippon: 29,45%; Ternium/Tenaris: 27,66%; Previdência Usiminas: 6,75%	
Kinross - Paracatu Mineração S.A.	Canadá	Ouro	GO, MG	1.287	US\$ 316,1	US\$ 284,2		
MMX Mineração e Metais S.A.	Brasil	Minério de Ferro	MG, MS, RJ	1.111	-19,2	-792,4	Acionista Controlador: 59,3%; Wisco: 10,5%; SK Networks: 8,8%; Outros: 21,4%	
MRN - Mineração Rio do Norte S.A.	Brasil	Bauxita (Al)	PA	963	36,853	100,703	Vale S.A.: 40%; BHP Billiton: 14,8%; Rio Tinto Alcan: 12%; CBA: 10%; Alcoa Alumínio S.A.: 8,58%; Alcoa World Alumina: 5%; Hydro: 5%; Alcoa AWABrasil: 4,62%	

Fonte: (VALE S.A. 2013a)(CSN 2012)(ANGLO 2012)(AngloGold 2012)(Usiminas 2012)(MMX 2013)(MRN 2013)

## Lista de associações e cooperativas do setor mineral brasileiro\* - 2008

Nome	Município - UF	Fundação	Número de cooperados
Cooperativa Agro-mineral Sem Fronteira Ltda - CASEF	Brotas de Macaúbas/BA	1990	640
Cooperativa Misata Agropecuaria Brejinho das Ametistas - COOAMAC	Brejinho das Ametistas/BA	1986	514
Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado da Bahia - OCEB	Salvador/BA		
Cooperativa M. de Mineração e M. de Itambé - COOITAMBE	Itambé/BA	1992	40
Cooperativa Mista de Extração de Minérios e Garimpeiros de Jacobina e Região - COOP. DE GARIMPEIROS	Jacobina/BA	1998	120
Cooperativa Mista e de Mineração da Região Sisaleira - COOMIRES	Valente/BA		53
Cooperativa Mista Agropecuária Regional do Vale do Curaçá - COOPERVAC	Jaguárari/BA	2003	61
COOPERNÁ - COOPERNÁ	Aripuanã/MT	2004	86
Cooperativa dos Extratores de Metais - COODEMEPP	Cuiabá/MT	2002	86
Cooperativa de Desenvolvidos Minerais de Pocone Ltda - COOPER POCONÉ LTDA	Poconé/MT		12
Cooperativa dos Garimpeiros de Coromandel e Região - COOPERGAC	Coromandel/MG	1996	62
Cooperativa Extrativa Mineral dos Garimpeiros dos Vales dos Rios Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus Ltda - COOPEMVALES	Teófilo Otoni/MG	1990	36
Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Curionópolis e Região - COMAFC	Curionópolis/PA	2000	33
Associação dos Garimpeiros de Serra Pelada - SINGASP/PA	Curionópolis/PA	1986	23.224
Sindicato das Industrias de Extração de Mármore Calcarios e Pedreiras no Estado do Paraná - SINDECAP	Almirante Tamandaré/PR	1977	150



## Lista de associações e cooperativas do setor mineral brasileiro\* - 2008

Nome	Município - UF	Fundação	Número de cooperados
Cooperativa dos Extratores de Pedras de Juazeiro do Piauí - COOPEDRA	Juazeiro do Piauí/PI	2001	73
Cooperativa de Mineradores Potiguares - UNIMINA	Currais Novos/RN	1997	36
Associação dos Mineiros de Parelhas AMP	Parelhas/RN		
Sociedade dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí LTDA - SMARJA	Lajedo/RS	1992	17
Terra Rica Ind. Com. Calcários Fertilizantes P/ Solo - SINDEMCAP	Almirante Tamandaré/RS (?)	1973	72
Cooperativa dos Garimpeiros do Médio Alto Uruguai Ltda - COOMAGAI	Ametista do Sul/RS		
Cooperativa Mineral Mista dos Sócios do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Roraima - CONGER LTDA/ SINDGAR	Boa Vista/RR	1992	5.200
Cooperativa e Exploração Mineral Ltda - COOPEMI	Morro da Fumaça - SC	1998	151
Cooperativa dos Garimpeiros de Monte Santo - COOPERSANTO	Paraíso - TO	1997	54
Cooperativa dos Garimpeiros de Monte Santo do Tocantins - COOPERGEMAS	Monte Santo do Tocantins - TO	1997	110

Fonte: <http://www.redeaplmineral.org.br/apl-de-base-mineral/apls-pelo-brasil/cooperativas>

\*Afiliadas à Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (Rede APL mineral)

## Economia Mineral Cooperativa no Brasil - 2005

Cooperativas DNPM	MUNICÍPIO - UF	Minério	Produção	Mão-de-Obra (mina + usina)
Carrapicho	Várzea Grande - MT	Argila	59.806 t	5
Coopgranéis	Serra - ES	Argila	0	0
Cemiso	Maracajá - SC	Argilito	161.604 t	11
Cooperdraga*	Patos de Minas - MG	Areia	*1.960 m³	2
Coopac	Babaçulândia - TO	Areia	970 m³	3
Coopedri	Dom Pedrito - RS	Areia	1.126 m³	8
Cooperlit	Rio Branco - PR	Calcário	177 t	5
Coopitapuã*	Viamão - RS	Granito	*2.316 m³	*19
Coopatrimônio	São Tomé das Letras - MG	Quartzito	2.565 m³	9
Cooperágata	Salto do Jacuí - RS	Ametista	540.000 kg	203
Coogamai	Ametista do Sul - RS	Ametista	2.856.000 kg	1.833
Coopnera	Nova Era - MG	Esmeralda	...	2
Cooger	Alto Paraíso - RO	Topázio	1.121 kg	...
Cooppeixoto	Peixoto Azevedo - MT	Ouro	12,83 kg	12
Coopropol	Pontes e Lacerda - MT	Ouro	2,07 kg	23
Copersanta*	Ariquemes - RO	Estanho	*2.739.844 kg	327
Cemal	Monte Negro - RO	Estanho	1.474.344 kg	41
Cooger*	Alto Paraíso - RO	Nióbio/Estanho	*1.350.126 kg	76
Coopminas*	Criciúma/Forquilha - SC	Carvão	*1.145.621 kg	*767

\* Cooperativas com mais de um processo de lavra; valores agregados de produção e mão-de-obra de todas as minas

Fonte: (DNPM 2008)

## As 10 maiores reservas garimpeiras do Brasil - 2005

RESERVA	MUNICÍPIO - UF	ANO	ÁREA (ha)	MINÉRIO
Diamantina	Diamantina/Bocaiúva - MG	1992	1.178.375,00	Diamante
Cabeças	Alta Floresta - MT	1983	121.000,00	Ouro
Cumaru	São Félix do Xingu - PA	1984	95.145,21	Ouro
São Tomé/Lages	Lajes - São Tomé - RN	1983	60.260,90	Quartzito
Zé Vermelho	Alta Floresta - MT	1983	50.000,00	Ouro
Rio Jurena	Alta Floresta - MT	1988	44.625,00	Ouro
Junco do Seridó	J.Seridó/Juazeirinho - RN/PB	1982	35.563,29	Pegmatito/Caulim
Tapajós	Itaituba - PA	1983	28.745,00	Ouro
Rio Madeira II	Porto Velho - RO	2004	20.214,00	Ouro
Alto Coité	Poxoréu - MT	1979	18.399,96	Ouro

Fonte: (DNPM 2008)

## 4. Caracterização dos Segmentos Sociais

### 4.1 Trabalhadores

Os trabalhadores de qualquer setor têm direitos adquiridos para exercer suas funções com segurança e dignidade e, muitas vezes, acabam por se organizar em sindicatos que os representam e defendem seus direitos diante de seus empregadores. Regulamentado pelo Decreto – lei 1402/39, a atividade sindical pode ser exercida por trabalhadores tanto de entidades públicas, quanto privadas, e é uma das melhores maneiras de exigir e alcançar direitos, e melhores condições de trabalho.

#### ANSDNPM (2013)

A Associação Nacional de Servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral age como representante dos servidores da autarquia do DNPM. Entre as ações desenvolvidas pela associação, estão as ligadas às discussões do novo marco regulatório da mineração. Uma vez que, de acordo com MME (2010), existe a proposta de criação de uma Agência Nacional de Mineração (ANM), com função reguladora e fiscalizadora, que substituiria o DNPM em suas atividades.

Através de emissões de notas técnicas, ofícios e informativos, a ANSDNPM tem buscado estar sempre a par das discussões, seja solicitando reuniões com representantes do MME/SGM, seja organizando-se internamente para emitir uma opinião a respeito. A associação defende que a proposta de criação da ANM seja feita de maneira desmembrada das demais propostas que constam no projeto do novo marco. Favoráveis à criação da agência, os servidores demonstram preocupação quanto ao remanejamento dos cargos frente à mudança. Dessa forma, apresentaram um documento com as “Propostas de alterações ao projeto de lei que dispõe sobre a criação da ANM e dá outras providências” (2011), onde se mostram cientes do conteúdo do projeto de lei e sugerem alterações e/ou alternativas para o mesmo. Posteriormente, através da nota convocatória nº 01/2012, todos os delegados estaduais foram chamados a formarem grupos de discussões em sua sede para elaboração de propostas a serem anexadas ao projeto. Em nota técnica informativa nº

25/2012 a ANSDNPM agradece a participação de todos os servidores do DNPM e diz que a entrega oficial do documento estava programada para a primeira semana de julho de 2012.

Outra iniciativa da associação foi a criação do blog: “ANM JÁ!”, como um espaço para o debate sobre a transformação do DNPM em ANM, pelos servidores.

#### Sindicatos Metabase

Há 6 sindicatos Metabase no Brasil, em áreas com a presença da indústria mineral de extração e transformação, são eles: Metabase de Mariana e região, filiado à Força Sindical; Metabase de Carajás e região, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT); Metabase de Poços de Caldas e Região; Metabase de Congonhas (Inconfidentes), filiado à Central Popular e Sindical – Conlutas e membro do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração; Metabase de Catalão e região, filiado à Força Sindical; Metabase Itabira e região, filiado à CUT.

De uma maneira geral, os sindicatos metabase não têm trazido a público, ou seja, divulgado em seus veículos de comunicação, discussões sobre o novo marco da mineração. O que não quer dizer que não tenham interesse sobre o tema, ou que estejam discutindo internamente, contudo o enfoque principal dessas entidades é a defesa dos direitos e dos interesses de seus afiliados que, a princípio, não sofreriam influências diretas com as possíveis mudanças no código. Ainda sim, em

2011, o Conlutas e o Metabase Inconfidentes, juntos com outras organizações, lançaram a campanha “O Minério tem que ser Nosso”, com o intuito de defender o minério enquanto riqueza natural e, não somente, como fonte de lucro para as grandes empresas mineradoras. Dentre as pautas da campanha estão temas como: “10% de Royalties sobre a Mineração” e “Reestatização da Vale, CSN e Usiminas sob controle dos trabalhadores” e a “criação do Fundo Social do Minério em Minas Gerais.” (Campanha Minério 2013).

### Sindicatos SINDIMINA

Os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minérios, têm bases independentes em alguns estados como: Rio de Janeiro, Bahia (Sindimina Serrinha e Sindimina Pilar), Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí (esses quatro estados unidos em apenas um sindicato Sindimina SE). Todos com filiação à CUT, os Sindimina possuem representações mistas, compostos por trabalhadores de mineradoras, siderúrgicas e terceirizadas do setor, com exceção do Sindimina Pilar que representa os trabalhadores da Mineração Caraíba S/A.

Em geral, assim como os sindicatos Metabase, os Sindimina possuem um enfoque de discussão

voltado para as questões trabalhistas, como não poderia deixar de ser. Questões sobre as mudanças na legislação mineral, ainda não estão no centro das discussões da maioria destes sindicatos.

### Sindicato dos Ferroviários

O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins – STEFEM foi criado em 1987 e congrega os trabalhadores da Vale – Sistema Norte, Vale Logística Internacional – Ferrovia Norte Sul, e a Vórtex (porto), além dos trabalhadores da Transnordestina. Para o mandato de 2013 a 2017 a diretoria do sindicato terá como presidente o maquinista da Genog da Vale, Lúcio Azevedo, tendo ainda em sua composição o antigo presidente e ex-representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale, Eduardo Pinto.

### Sindiquímica PR

O Sindiquímica-PR está envolvido desde o início na Articulação dos Atingidos pela Vale, por representar trabalhadores de seu setor de fertilizantes, hoje sob administração da Petrobras. Representantes desse sindicato também participaram do processo de constituição do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

## 4.2. Afetados/Atingidos/Ameaçados

Os atingidos, em qualquer situação, independente do empreendimento ou atividade que os afeta, acabam sendo um dos mais prejudicados nessa cadeia produtiva. Existem várias formas de uma comunidade e seus membros serem atingidos, tanto direta, quanto indiretamente. Seja no processo de extração, nas áreas de minas, com o aumento da poluição e mudanças na paisagem; na infra-estrutura, muitas vezes causando o inchaço dos municípios por meio de migrações; na logística de transporte dos materiais, abertura de rodovias, ferrovias, minerodutos e portos; ou indiretamente, com o aumento da demanda de energia, acarretando em novas centrais hidrelétricas que demandam toda uma interferência no meio ambiente.

Uma das formas que os atingidos pelo setor da mineração, assim como os atingidos por qualquer outro setor, encontraram para tentar se defender é se unindo em frentes de defesas ante as interferências negativas sofridas. E pela lógica, quanto maior é a empresa, maior tendem a ser os impactos causados por ela. Além disso, há as comunidades e territórios na iminência de serem afetados por projetos minerários, esses são tratados como ameaçados, pois vislumbram sofrer impactos já experimentados em outros contextos.

No caso da Vale S. A., por exemplo, a maior mineradora do Brasil e segunda maior do mundo, temos movimentos exclusivos de atingidos, como a rede Justiça nos Trilhos e a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, que coordena grupos e movimentos de vários países do mundo que se consideram vítimas da mesma empresa, entre os quais Chile, Peru, Argentina, Canadá, Moçambique, Indonésia, Nova Caledônia.

Juntos, esses dois movimentos indicaram a Vale, em 2012, ao “The Public Eye Awards” ou, como é mais conhecido, “Oscar da Vergonha das multinacionais no mundo” e, com cerca de 25 mil votos internacionais, a empresa brasileira foi eleita a pior corporação do mundo em 2012. O prêmio foi entregue simbolicamente em ato público paralelo

ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

Justiça nos Trilhos (2013) é uma rede criada em 2007 como articulação de várias comunidades, movimentos sociais, alguns sindicatos, pastorais da Igreja Católica, acadêmicos e entidades de defesa dos direitos humanos que operam nos estados brasileiros de Pará e Maranhão, frente aos impactos da mineradora Vale.

A rede se constituiu para assessorar as comunidades vítimas das violações de direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pelo Programa Grande Carajás.

Atualmente é composta pelas seguintes entidades: Missionários Combonianos, Fórum Carajás, Fórum ‘Reage São Luís’, Sindicato dos Ferroviários de Maranhão-Tocantins-Pará e Grupo de Estudo Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão.

Ao longo dos anos seguintes, Justiça nos Trilhos ampliou suas alianças, compreendendo a essencial estratégia de articular nacional e internacionalmente as vítimas da mega-mineração.

Entre várias outras entidades, acrescentaram-se como apoiadores da rede: Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Conselho Indigenista Missionário, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Justiça Global, Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Movimento Xingu Vivo para Sempre, etc.

A rede Justiça nos Trilhos também contribuiu ativamente para a formação da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale.

Ainda no norte do país temos importantes experiências de enfrentamento à modelo da mineração. Destacamos o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), criado em 1984. O CEPASP foi criado com o objetivo de prestar assessoria para movimentos sociais do sul e sudeste do Pará. O objetivo maior do seu trabalho é auxiliar na formação de temas importantes



para os movimentos e organizações locais, tanto em cursos de estudo quanto, também, na produção de materiais, como informativos, boletins e cartilhas. O enfrentamento à mineração, em especial o acompanhamento do Grande Projeto Carajás, sempre foi uma das frentes mais importantes de atuação do CEPASP. A sede da organização se localiza em Marabá.

Na década seguinte, surge no Pará outra importante organização que articula as lutas locais de enfrentamento à mineração: o Fórum Carajás, uma rede de entidades do MA, PA e TO. Criado em 1992, em decorrência das inúmeras interferências causadas pela exploração no complexo mineral de Carajás, o Fórum tem como foco as políticas públicas, difundindo propostas, apresentando estudos e servindo como mediador entre os diferentes representantes dos segmentos sociais e seus interesses.

Outra experiência em curso iniciada no norte do país é a criação do Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM); a primeira vez que um movimento nacional no Brasil surge fora das regiões Sul e Sudeste. O MAM realizou o seu primeiro encontro nacional em 2012, e em maio de 2013 realizou o segundo. O MAM tem como seus objetivos: defender os interesses e direitos das populações que são atingidas por projetos de mineração em todo território brasileiro e mobilizar-se contra o atual modelo de exploração mineral em vigor que beneficia apenas o capital, através de grandes empresas brasileiras e transnacionais, com participação do Estado. O MAM se propõe a ser um movimento popular, de caráter anticapitalista e antiimperialista, que busca a realização de lutas de massa. Está se organizando atualmente em oito estados e é uma experiência que surge dentro do âmbito da Via Campesina Brasil, tendo o apoio dos demais movimentos que compõe a Via.

O avanço do setor mineral em direção ao norte do Brasil acabou por afetar, direta e indiretamente, as populações indígenas e, nesse sentido, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI

e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB se colocam como entidades importantes na defesa das comunidades indígenas contra o avanço da mineração e toda a cadeia que ela traz consigo. Fundado em 1972, o CIMI está vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e é estruturado em 11 sedes regionais e uma nacional, apoiando a luta dos interesses indígenas em diversas frentes. A APIB foi criada pelo Acampamento Terra Livre (ATL) em 2005, e realiza mobilizações nacionais para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das demandas e reivindicações dos povos indígenas. Apesar do novo marco da mineração, a princípio, não tratar da mineração em terras indígenas, para isso têm-se a PL 1610/96, a presença dessa atividade acaba por gerar uma maior pressão contra os interesses dessas comunidades.

Outra entidade vinculada à CNBB é a Comissão Pastoral da Terra - CPT, criada em 1975, atua no auxílio às comunidades e ao meio ambiente, defendendo os direitos de posseiros, lavradores, bóias-frias, e todos aqueles que têm dificuldade de se organizar em defesa de seus interesses próprios. A entidade promove a agricultura familiar como meio, não só de subsistência das comunidades, como de preservação da natureza, apoiando trabalhadores rurais e adaptando-se às necessidades enfrentadas pelos moradores de cada região em que atua, entre eles, os problemas envolvendo atividades minerais. Com 21 regionais, a CPT está presente em quase todos os estados do país. Nos últimos anos, diversas regionais da CPT têm enfrentado muito fortemente os avanços da mineração em seus locais de atuação. Destacamos as regiões do sudeste da Bahia, o norte de Minas Gerais e o sul e sudeste do Pará. Nestes locais a atuação dos assessores da CPT, em parceria com demais organizações sociais, tem sido fundamental para a resistência das comunidades locais e denúncia dos arbitrariedades das empresas e dos governos, em todas as suas instâncias.

Ainda na luta pelos direitos referentes à terra,

está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, criado em 1984 no Paraná, que atua há quase 30 anos em favor dos trabalhadores rurais em detrimento aos grandes latifundiários e a má distribuição de terras no país. Defendendo, entre outras coisas, a reforma agrária, articula junto aos trabalhadores, assentamentos produtivos que suprem as necessidades das famílias e geram renda. Em um levantamento recente feito pela direção nacional do MST, inúmeras áreas de reforma agrária do movimento sofrem as consequências de projetos de mineração que atravessam os seus territórios ou que indiretamente afeta a vida das pessoas que ali residem. Em nove estados do Brasil onde o MST está organizado já foram identificados conflitos com empreendimentos de mineração e suas logísticas, mas este número tende a crescer se os projetos apontados se concretizarem no próximo período.

Outro movimento social no Brasil que enfrenta em suas ações a mineração é o Movimento de Atingidos por Barragens - MAB. O MAB (2013) representa aqueles que sofrem com as interferências do setor energético (usinas hidrelétricas), fonte de outros setores como o mineral. Foi criado em 1991 e está organizado em mais de 16 estados. Em estados como o Pará e Minas Gerais, a atuação do MAB identificou a íntima relação que existe entre os projetos da mineração e a construção de barragens, de pequeno porte ou de grande porte, como Belo Monte; mostrando como a produção de energia está direcionada, prioritariamente, ao fornecimento dos empreendimentos do setor da mineração. O MAB pauta sua atuação pelo trabalho de formação e organização com as comunidades diretamente atingidas por tais processos.

Outra importante iniciativa é o Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas Gerais - MovSAM, de Minas Gerais, ligado diretamente à questão da água, elemento este, crucial para as atividades de mineração, direta e indiretamente. O MovSAM é o resultado da articulação, a partir de 2008, daqueles que sofrem ou podem vir a sofrer

diretamente os impactos da mineração, relativos à perda dos mananciais, o assoreamento, a poluição e a todos os impactos ambientais e sociais que as atividades minerais acarretam. Soma-se a ele o Movimento em Defesa da Serra do Gandarela, em Belo Horizonte, e a luta para impedir a instalação do projeto Apolo da Vale.

A extensão dos impactos da mineração para o conjunto do território nacional, vem criando um número cada vez maior de atingidos e ameaçados pela mineração. Uma iniciativa cada vez mais comum entre as diversas organizações é a organização de intercâmbios entre os territórios afetados para trocas de experiências e construção da compreensão que muitos dos problemas são comuns. Nos últimos anos, a quantidade de organizações que resistem aos impactos da mineração vem crescendo e a capacidade de articulação em nível nacional também.

Em maio de 2013, diversas organizações criaram o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Este Comitê é fruto de uma ampla convergência de interesses dos setores atingidos e ameaçados pela mineração, movimentos sociais, acadêmicos, sindicatos e ONGs e se constitui como um fórum de diálogo e iniciativas comuns frente à expansão minerária no Brasil. Tornou-se o principal espaço de articulação desses sujeitos sociais nos debates do novo marco regulatório da mineração, lançando notas públicas e organizando reuniões que chegaram a reunir centenas de entidades.

Fazem parte desse comitê entidades como: a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE, que também desenvolve estudos a respeito do novo código, atuando desde 1961 em prol da democracia; o Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, que desde 1979 atua de maneira articulada, com diversas frentes de pesquisa e a favor do debate público e da cidadania; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Ibase, entre outras.

### 4.3. ONGs e Academia

Diretamente ligados aos movimentos dos atingidos, as ONGs e os representantes da comunidade acadêmica acabam, muitas vezes, agindo em parcerias com esses movimentos. Tendo como principal subsídio os estudos direcionados e a possibilidade ainda maior de articulação.

Entidades como Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) que, desde 1981, atua nas lutas cidadãs por justiça social e ambiental e tem investido esforços para constituir um campo pós-extrativista no Brasil, com articulações nacionais e internacionais. Através do projeto “Mineração em debate, mobilizando e incidindo na política de mineração no Brasil”, o Ibase, em parceria com diversas outras entidades, inclusive representantes dos atingidos, vem acompanhando as discussões acerca do novo código mineral. Uma de suas mais recentes iniciativas foi a participação na organização do lançamento do “Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração”, que aconteceu em maio de 2013 e contou com a participação de 48 entidades envolvidas com o debate, com a finalidade de enumerar os principais itens que devem estar presentes no novo marco regulatório da mineração (Ibase 2013). O Ibase, junto com organizações como o Greenpeace, a FUP, Justiça nos Trilhos e Sindipetro-RJ, lançou o Observatório do Pré-sal e da Indústria Extrativa Mineral que vem se tornando uma importante ferramenta na veiculação de informações e análises sobre as indústrias extrativa no Brasil.

Na luta pelos direitos das comunidades indígenas, o Instituto Socioambiental – ISA desenvolve desde 1994 estudos a fim de propor soluções para as questões sociais e ambientais. Com relação mais específica às questões minerais e indígenas, o ISA publica, desde 1987, um inventário sobre a “Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”, com outras edições em 1998, 2004 e 2013. (ISA 2013)

O Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, com sede no Rio de Janeiro, foi uma das principais organizações responsáveis pela

criação da articulação internacional dos atingidos pela Vale. Acompanham de modo contínuo, desde 2008, todo o processo de construção e instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), denunciando as irregularidades e impactos na vida dos moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro e na sobrevivência dos pescadores da baía de Sepetiba.

Com sede também no Rio de Janeiro, a Justiça Global busca acompanhar os casos de violações aos Direitos Humanos, e neste sentido, também vem acompanhando as denúncias de violações cometidas pela Indústria Extrativa no Brasil. A Justiça Global também atua na articulação dos Atingidos pela Vale, desde a organização do primeiro Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em 2010. Em parceria com a Justiça nos Trilhos realizou estudo sobre guseiras em Açailândia, Maranhão, denunciando o deterioramento das condições de vida das comunidades vizinhas ao pólo guseiro naquele município.

Na Universidade, o Grupo de Estudos em Temáticas ambientais – GESTA, vinculado à UFMG, atua desde 2001 no desenvolvimento de estudos com temáticas como: políticas socioambientais, comunidades tradicionais, conflitos socioambientais em unidades de conservação, entre outros. Tendo por objetivo assessorar comunidades atingidas, debate e avaliar políticas públicas (GESTA 2013). Na Universidade Federal do Maranhão, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Sociedade também desenvolve importantes trabalhos na área. Há ainda uma série de pesquisadores e pesquisadoras espalhados pelas universidades brasileiras, como os professores Bruno Milanez e Rodrigo Santos da UFJF, as professoras Ana Maria Costa e Gabriela Scotto da UFF, entre outros.

Com um caráter mais articulador, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS busca, desde 1990, agir como interlocutor das questões sociais e ambientais das diversas entidades que o compõe, tanto nacional quanto

internacionalmente. Da mesma forma, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, criada em 2001, atua como agente intermediário entre as diferentes organizações sociais, facilitando o intercâmbio de informações e conhecimento. Pautada no conceito de justiça ambiental, a rede conta com cerca de cem entidades em uma coordenação coletiva, dividida entre os membros de

maneira horizontal. A RBJA, que é uma rede virtual, também se articula em três Grupos de Trabalho, entre eles o GT “Articulação Mineração – Siderurgia”. Os GTs são espaços de desenvolvimento de ações coletivas e de disseminação de informações relevantes sobre possíveis situações de riscos e processos políticos de resistência. (RBJA 2013)



Antonio Cruz/Agência Brasil

## 5. Conclusão

Os dados acima apresentados evidenciam os porquês da opção por um modelo de extração mineral que põe em primeiro plano a rentabilidade dos negócios para as empresas e governos e secundarizam a participação da sociedade civil, em especial a dos atingidos pela mineração. Na proposta apresentada pelo governo, em nenhum momento aparecem pessoas, comunidades, ou medidas de contenção efetivas aos impactos socioambientais da mineração.

Os vínculos entre a estrutura de poder no Brasil e as corporações minerárias ficam muito evidentes através dos financiamentos de campanha. São poucas as exceções. A grande maioria dos agentes políticos diretamente envolvidos nos debates relativos à mineração obtiveram financiamentos das empresas mineradoras, revelando um encontro evidente, quiçá uma subordinação, do interesse público ao interesse privado.

As organizações da sociedade civil, por sua vez, encontram grandes dificuldades de acesso aos canais do poder e mesmo de recursos para viabilizarem uma articulação em nível nacional. A constituição do Comitê Nacional em Defesa dos Território Frente à Mineração fez parte de um grande esforço envolvendo diferentes tipos de organizações da sociedade civil, representadas em diversas regiões do território nacional, mas não contaram com a mesma capacidade de influência no debate público. Sequer tiveram acesso ao conteúdo da proposta do novo Código antes de que o mesmo fosse apresentado ao Congresso, ao contrário das empresas que inclusive o modificaram em detalhe.

Uma das conclusões importantes dessa pesquisa é a abertura da reflexão sobre a necessidade de um outro modelo de gestão democrática para os recursos naturais no Brasil, muito associada a uma reforma profunda da democracia brasileira em seu conjunto. Se os bens minerais são bens da União, ou seja, do povo brasileiro, a forma, o ritmo e a destinação dos benefícios de sua exploração devem ser fruto de um debate democrático nacional que resulte em um planejamento público sobre o tema.

## Referências Bibliográficas

- ABM. 2013. "Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.abmbrasil.com.br/>).
- ANAMUP. 2013. "Associação Nacional dos Municípios Produtores". Recuperado junho 8, 2013 (<http://anamup.org.br/>).
- ANGLO. 2012. "Significant Shareholders - Anglo American". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.angloamerican.com/investors/shareinfo/analysis>).
- ANGLO AMERICAN. 2013. News Release. Londres Recuperado junho 6, 2013 (<http://www.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Plc/media/releases/2013pr/pr2013-02-15.pdf>).
- AngloGold. 2012. Annual Financial Statements. Johannesburg Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.aga-reports.com/12/fs>).
- ANSDNPM. 2013. "Associação Nacional dos Servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.ansdnpm.org.br/>).
- ANSDNPM. 2011. "Propostas de alterações ao projeto de lei que dispõe sobre a criação da ANM e da outras providências". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.ansdnpm.org.br/arquivos/proposta-de-alteracao-do-projeto-que-criam-a-anm>).
- BRASIL MINERAL. 2012. "Brasil Mineral - As Maiores Empresas do Setor Mineral, no 320". Recuperado junho 6, 2013 (<http://www.publicacao digital.com.br/bm320/>).
- Casa Civil. 2013. "Casa Civil". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.casacivil.gov.br/>).
- CETEM. 2013. "Centro de Tecnologia Mineral". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.cetem.gov.br/>).
- CIMI. 2013. "Conselho Indigenista Missionário". Recuperado junho 9, 2013 (<http://cimi.org.br/site/pt-br/>).
- CNBB. 2013. "Conferência Nacional dos Bispos do Brasil". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.cnbb.org.br/site/>).
- CPT. 2013. "Comissão Pastoral da Terra". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.cptnacional.org.br/>).
- CSN. 2012. "Composição do Capital Social - CSN". Recuperado junho 8, 2013 ([http://www.mzweb.com.br/csn/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=1355](http://www.mzweb.com.br/csn/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=1355)).
- CSN. 2013. Resultados 4T12. São Paulo.
- DNPM. 2008. Cooperativismo Mineral no Brasil, o caminho das pedras. Brasília.
- DNPM. 2013. "Departamento Nacional de Produção Mineral". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.dnpm.gov.br/>).
- FASE. 2013. "Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.fase.org.br/v2/>).
- Fórum Carajás. 2013. "Fórum Carajás". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.forumcarajas.org.br/>).
- GESTA. 2013. "Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.fafich.ufmg.br/gesta/>).
- Ibase. 2013. "Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.ibase.br/pt/>).
- IBRAM. 2012. Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira. 7a ed. Brasília.
- IBRAM. 2013. "Instituto Brasileiro de Mineração". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.ibram.org.br/>).
- Inesc. 2013. "Instituto de Estudos Socioeconômicos". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.inesc.org.br/>).
- ISA. 2013. "Instituto Socioambiental". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.socioambiental.org/>).
- J.Mendo. 2013. "J. Mendo Consultoria Empresarial". Recuperado junho 18, 2013 (<http://www.jmendo.com.br/j-mendo/propositos/>).
- Justiça nos Trilhos. 2013. "Justiça nos Trilhos". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.justicanostrilhos.org/>).
- MAB. 2013. "Movimento dos Atingidos por Barragens". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.mabnacional.org.br/>).
- MDIC. 2013. "Balança Comercial Brasileira: dados consolidados". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571#Português>).
- Metabase. 2013. "Sindicato Metabase de Itabira e Região". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.metabase.com.br/>).
- MME. 2009. "Apresentação do novo marco regulatório da mineração". Recuperado janeiro 1, 2007 ([http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/noticias/SGM\\_Apres\\_Novo\\_Marco\\_Regulatorio\\_da\\_Minerao.pdf](http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/noticias/SGM_Apres_Novo_Marco_Regulatorio_da_Minerao.pdf)).
- MME. 2011. Plano Nacional de Mineração 2030. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.
- MME. 2013. "Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.mme.gov.br/mme>).
- MMX. 2013. "Estrutura Societária". Recuperado junho 8, 2013 ([http://ri.mmx.com.br/show.aspx?idCAnal=WjzoepKFnLaevsbs7jiCKQ==](http://ri.mmx.com.br/show.aspx?idCanal=WjzoepKFnLaevsbs7jiCKQ==)).
- MovSAM. 2013. "Movimento pelas Serras e Águas de Minas". Recuperado junho 9, 2013 (<http://movsam.ning.com/>).
- MRN. 2013. "Composição Acionária". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sobre-MRN/Perfil/Paginas/default.aspx>).
- MST. 2013. "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". Recuperado junho 9, 2013 (<http://www.mst.org.br/>).
- RBJA. 2013. "Rede Brasileira de Justiça Ambiental". Recuperado junho 9, 2013 ([http://www.justicaambiental.org.br/\\_justicaambiental/](http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/)).
- Revista Consultor Jurídico. 2011. "Sindimina não pode representar terceirizados da Vale". Recuperado junho 21, 2013 (<http://www.conjur.com.br/2011-out-17/sindimina-nao-legitimidade-representar-terceirizados-vale>).
- SANTOS, Rodrigo Salles P. 2012. Fundamentos para a criação de um Fundo Social e Comunitário da Mineração no Brasil. Rio de Janeiro: Caderno do Observatório do Pré-sal, no2.

- Serrinha. 2013. "Sindimina Serrinha - Bahia". Recuperado junho 21, 2013 (<http://www.sindimina.org.br/>).
- SIMINERAL. 2013. "Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará". Recuperado junho 8, 2013 (<http://simineral.org.br/>).
- SINDIEXTRA. 2013. "Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais". Recuperado junho 8, 2013 (<http://www.sindiextra.org.br/>).
- Sindimina RJ. 2013. "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minérios no Estado do Rio de Janeiro". Recuperado junho 21, 2013 (<http://www.sindimina-rj.org.br/index.asp>).
- Sindimina SE. 2013. "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração e Beneficiamento de Minerais dos estados de Sergipe Alagoas, Pernambuco e Piauí". Recuperado junho 21, 2013 (<http://sindiminase.blogspot.com.br/>).
- Usiminas. 2012. "Principais Acionistas". Recuperado junho 8, 2013 (<http://ri.usiminas.com/ptb/principais-acionistas>).
- VALE S.A. 2013a. "Composição Acionária da Vale S.A." Recuperado junho 8, 2013 ([http://assets.vale.com/docs/Documents/pt/investors/Company/shareholding-structure/Shareholder\\_structure\\_p.pdf](http://assets.vale.com/docs/Documents/pt/investors/Company/shareholding-structure/Shareholder_structure_p.pdf)).
- VALE S.A. 2013b. Eficiência na Gestão do Capital - Relatório Anual 2012. Rio de Janeiro Recuperado junho 5, 2013 ([http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F\\_2012\\_p.pdf](http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2012_p.pdf)).
- VOTORANTIM. 2013. Relatório Anual 2012. São Paulo.





Uma publicação de

**ibase.**  
Instituto Brasileiro de  
Análises Sociais e Econômicas

Apoio



**FORDFOUNDATION**

*Na Linha de Frente das Mudanças Sociais*

**ibase**

Avenida Rio Branco 124, 8o andar, Centro, RJ - CEP: 20040-001